



Ano II – Volume II – Número 11 – Mês Junho/2019

O PLANO SETORIAL DA SAÚDE PARA MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA

BUCHIGNANI, Erika Bicalho¹

RESUMO

As mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global podem afetar a sobrevivência dos seres humanos, principalmente no que tange ao setor da saúde, já que tais alterações afetam diretamente este setor. Para enfrentamento destas questões com ações de mitigação e adaptação, foi elaborado o Plano Setorial da Saúde para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSMC – Saúde). Sendo assim, este artigo tem por objetivo abordar tal plano setorial, trazendo um panorama geral deste importante mecanismo de enfrentamento dos agravos relacionados aos impactos da mudança do clima que interferem sobre a saúde humana.

Palavras chave: mudança climática, mitigação, adaptação, saúde, plano setorial.

ABSTRACT

Climate change caused by global warming can affect the survival of humans, especially in the health sector, as such changes directly affect this sector. To address these issues with mitigation and adaptation actions, the Health Sector Plan for Mitigation and Adaptation to Climate Change (PSMC - Saúde) was elaborated. Thus, this article aims to address such a sectoral plan, providing an overview of this important mechanism to address the problems related to the impacts of climate change that interfere with human health.

Keywords: deve ser uma tradução fiel das palavras-chave.

¹ Docente do curso de Enfermagem da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF; e-mail: erikabuchig@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As alterações provocadas pelo ser humano no meio ambiente têm várias consequências, entre elas a mudança da temperatura global: o aquecimento global. Este é responsável por mudanças climáticas que podem afetar a sobrevivência do próprio ser humano.

O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) é o principal organismo de avaliação das mudanças climáticas. Foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM), com objetivo de fornecer ao mundo o atual estado das mudanças do clima e suas potencialidades ambientais e socioeconômicas, com uma visão científica clara (AMBIENTE BRASIL, 2001).

As mudanças climáticas podem ser entendidas como qualquer mudança no clima ao longo dos anos, devido à variabilidade natural ou como resultado da atividade humana. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgou que há 90% de chance do aquecimento global observado nos últimos 50 anos ter sido causado pela atividade humana (IPCC, 2007), através do aumento das emissões de gases de efeito estufa.

O efeito estufa é um processo natural e ocorre da seguinte forma: parte da energia solar que chega ao planeta é absorvida pelos oceanos e pela superfície da Terra, promovendo o seu aquecimento, outra parte é refletida diretamente para o espaço, no entanto, uma parte é bloqueada pela presença de gases de efeito estufa que, apesar de deixarem passar a energia vinda do Sol são opacos à radiação terrestre. Desta forma, é a presença desses gases na atmosfera o que torna a Terra habitável, pois, caso não existissem naturalmente, a temperatura média do planeta seria muito baixa, por volta de 18°C negativos (MMA, 2018).

Há quatro principais gases de efeito estufa (GEE): o dióxido de carbono (CO₂), o gás metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O) e os gases da família dos halocarbonos (hidrofluorcarbonos - HFCs e perfluorcarbonos - PFCs). Verifica-se que as emissões de gases de efeito estufa ocorrem praticamente em todas as atividades humanas e setores da economia (agricultura, pecuária, indústria, transportes, tratamento de resíduos sólidos, desmatamento e degradação de florestas, entre outros).



No entanto, não existem certezas sobre as consequências do aquecimento global, por não se saber ao certo qual seria a variação da temperatura, pois isto depende da capacidade de regulação das emissões de gases de efeito estufa, o que é buscado por acordos internacionais como a Convenção de Mudanças Climáticas e o Protocolo de Kyoto. Independente do rumo da política internacional sobre mudança climática é preciso promover políticas nacionais e locais para preparar a sociedade às transformações em curso (RIBEIRO, 2008).

Segundo a Organização PanAmericana da Saúde (OPAS), 2008, dentre os efeitos já estimados, no campo da saúde humana, destacam-se a propagação de doenças infecciosas, em especial aquelas de transmissão vetorial, aquelas com reservatórios animais em sua cadeia de transmissão e as de transmissão hídrica ou alimentar; os danos à saúde decorrente dos desastres de origem natural ou antropogênicos; doenças crônicas não infecciosas relacionadas às modificações ambientais e deficiências nutricionais. Tais efeitos são pouco perceptíveis em curto prazo, exceto em situações de exposição aguda, como no caso de desastres, mas apresentam um grande potencial de intensificação, o que pode ser analisado por meio de séries históricas e com a utilização das ferramentas adequadas.)

Em maio de 2016, foi instituído o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), através da Portaria nº 150. Este é um instrumento elaborado pelo governo federal em colaboração com a sociedade civil, setor privado e governos estaduais e tem como objetivo promover a redução da vulnerabilidade nacional à mudança do clima e realizar uma gestão do risco associada a esse fenômeno, sendo uma estratégia de adaptação que envolve a identificação da exposição do país a impactos atuais e futuros com base em projeções de clima, a identificação e análise da vulnerabilidade à esses possíveis impactos e a definição de ações e diretrizes que promovam a adaptação voltadas para cada setor. Na elaboração do PNA foram considerados 11 setores, representados pelos órgãos governamentais competentes, entre eles o setor da saúde (MMA, 2018a).

Segundo a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009), adaptação significa: são iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima. Já mitigação, também para a PNMC, são mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros. Importante salientar que, as ações de mitigação têm efeitos globais, ou seja, envolvem um maior número de países mesmo que suas ações tenham sido realizadas localmente e, as ações de



adaptação, funcionam em uma escala regional e, geralmente, são sentidas localmente, ou seja, tem um caráter local ou regional. As medidas de adaptação estão associadas ao contexto político, econômico e social de uma localidade (IPCC, 2011).

As estratégias setoriais do PNA têm uma perspectiva sistêmica, ou seja, as ações voltadas para o fomento da capacidade adaptativa de um determinado setor podem provocar, de maneira direta ou indireta, a estabilidade e funcionalidade das demais (MMA, 2017). Sendo assim, este artigo tem por objetivo abordar sobre o Plano Setorial da Saúde para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O Plano Setorial da Saúde

Para elaboração do Plano Setorial da Saúde de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSMC – Saúde) foi instituída, por meio da Portaria Ministerial n. 3.244/2011, uma Comissão Gestora e um Comitê Executivo. A Comissão Gestora, de caráter permanente e cunho deliberativo, têm como objetivo promover a articulação dos órgãos e entidades públicas com o objetivo de compatibilizar a Política Nacional sobre Mudança do Clima com as políticas públicas de saúde. Essa Comissão coordenada pela Secretaria Executiva do Ministério da Saúde é responsável pela elaboração, gestão, aprovação e revisão do Plano Setorial da Saúde, assim como pelo monitoramento e avaliação de sua implementação, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal de governo, no âmbito do SUS. Quanto ao Comitê Executivo, este também é de caráter permanente, porém de cunho técnico-consultivo, tendo como objetivo realizar atividades de apoio à execução das atribuições da Comissão Gestora, sendo coordenado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (BRASIL, 2011).

O PSMC – Saúde tem como objetivo geral estabelecer diretrizes, metas e estratégias nacionais para contribuir com medidas de mitigação e direcionar medidas de adaptação dos processos e serviços do SUS frente aos impactos da mudança do clima. Já seus objetivos específicos são: estabelecer medidas de adaptação para o SUS, visando minimizar as vulnerabilidades da população frente aos impactos da mudança do clima; fortalecer a capacidade de preparação e resposta dos serviços de saúde, no âmbito do SUS; contribuir com a consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono nos serviços e produtos de saúde, por meio de medidas de mitigação para reduzir a emissão de GEE em seus processos (BRASIL, 2013).

Para o atendimento dos objetivos acima o PSMC – Saúde está estruturado sob quatro eixos de intervenção: Vigilância em Saúde; Atenção à Saúde; Promoção e Educação em Saúde e Pesquisa em

Saúde. Já as ações a serem trabalhadas contemplam as linhas de mitigação e adaptação, porém, com abordagem em ações de pesquisa, educação e cidadania ambiental. Ressalta-se que as ações de adaptação voltadas para a proteção da saúde da população frente aos efeitos da mudança do clima ganham maior destaque se comparadas às ações de mitigação (BRASIL, 2008).

O Plano Setorial da Saúde foi elaborado visando à compatibilização dos objetivos, das diretrizes e instrumentos das políticas públicas de saúde com as da Política Nacional sobre Mudança do Clima. As iniciativas sobre mudança do clima da OPAS, da OMS e do MERCOSUL também foram consideradas como elementos norteadores para a elaboração do plano (BRASIL, 2013).

2.2 Panorama do Setor da Saúde no Brasil

Os processos de trabalho para atuação frente aos principais problemas de saúde-doença das comunidades buscam a integralidade de ações de promoção, educação, vigilância e atenção à saúde, efetivamente incorporadas nas atividades das equipes dos serviços de saúde, especificamente, da Atenção Básica/Saúde da Família. Além dessas ações essenciais para promover qualidade de vida à população, se integram também estudos e pesquisas com a intenção de proporcionar confiabilidade do conhecimento técnico para subsidiar a tomada de decisões (BRASIL, 2008a).

As metas e ações descritas nos quatro eixos de intervenções do PSMC – Saúde, que foram elencados acima, abordam a integralidade de ações relativas a alguns dos agravos relacionados aos impactos da mudança do clima e que interferem sobre a saúde humana, os quais foram priorizados pelas áreas técnicas envolvidas no processo de elaboração do plano. São considerados como principais problemas à saúde pública:

- óbitos e agravos por desastres provocados por eventos climáticos extremos (ondas de frio e calor, inundações, enchentes, ciclones, tornados, furacões, granizos, secas, estiagens e queimadas);
- doenças transmissíveis: para o PSMC - Saúde foram definidas como prioritárias as doenças transmitidas por vetores (dengue, malária, febre amarela e leishmaniose visceral), as doenças de transmissão hídrica e alimentar (diarréias agudas, leptospirose, toxoplasmose, parasitoses etc.) e outras doenças infecciosas, como influenza e SRAG;
- doenças não transmissíveis: para o PSMC - Saúde foram definidas como prioritárias as doenças cardiorrespiratória e câncer de pele.

3. CONCLUSÃO



O processo de mudança climática vem se agravando nas últimas décadas conforme evidências relatadas pelo IPCC. Desta forma, o enfrentamento de suas consequências é um desafio a ser respondido pela sociedade civil e pelos setores do governo em suas esferas federais, distritais, estaduais e municipais.

Desta forma, os Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, tem como objetivo a inclusão de ações, indicadores e metas específicas de redução de emissões e mecanismos para a verificação do seu cumprimento, além de ações de adaptação, como iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.

As alterações ambientais tem relação direta com as condições de saúde, devendo os riscos associados às mudanças climáticas globais serem considerados no contexto da globalização, das políticas públicas e da governança.

Especificamente o Plano Setorial da Saúde de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSMC – Saúde) foi desenvolvido visando estabelecer medidas em duas linhas de ação, mitigação e adaptação, com maior enfoque nas ações voltadas ao fortalecimento da capacidade de resposta dos serviços de saúde frente aos impactos da mudança do clima, sendo que as estratégias propostas fomentam a participação e responsabilidade da sociedade mediante a temática, qualificam os gestores e profissionais de saúde, subsidiam as políticas públicas no país e fortalecem os esforços e compromissos dos governos para o desenvolvimento de um futuro melhor para a geração presente e as gerações futuras.

4.

REFERÊNCIAS

AMBIENTE BRASIL, Ambiente Mudanças Climáticas. IPCC - Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, 2001. Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/mudancas_climaticas/ipcc_e_unfccc/ipccpainel_intergovernamental_de_mudancas_climaticas.html. Acesso em 30 de outubro, 2018.

BRASIL, Governo Federal. Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. Plano Nacional de Mudança do Clima – PNMC – Brasil. Brasília, 2008. Disponível em: < >. Acessado em: novembro de 2011. Brasil, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. 2ª ed. rev. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica, n. 21. Brasília, 2008. p. 195. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/abcad21.pdf>>. Acessado em: maio de

2012. Brasil, 2008a.

BRASIL, Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) Lei nº12.187 de 29 de dezembro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm. Acesso em: 29 de setembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Setorial da saúde para mitigação e adaptação à mudança do clima. Brasília, 2013.

IPCC, International Panel on Climate Change. 2007. Disponível em <<http://www.ipcc.ch/>> Acesso em 28 de setembro de 2007

IPCC, Renewable Energy Sources and Climate Change Mitigation, 2011. Disponível em: https://www.ipcc.ch/pdf/special-reports/srren/SRREN_FD_SPM_final.pdf. Acesso em: 01 de outubro, 2018

MMA, O mundo se une contra os efeitos da mudança do clima. Apostila do Curso Educação Ambiental e Mudança do Clima. Brasília, 2017

MMA, Efeito estufa e aquecimento global, 2018. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/195-efeito-estufa-e-aquecimento-global>. Acesso em: 30 de outubro, 2018.

MMA, Plano Nacional de Adaptação, 2018. Disponível em: (<http://www.mma.gov.br/clima/adaptacao/plano-nacional-de-adaptacao>). Acesso em: 30 de outubro, 2018a.

OPAS, Mudanças climáticas e ambientais e seus efeitos na saúde: cenários e incertezas para o Brasil. Ministério da Saúde; Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília, 2008.

RIBEIRO, W. C., **Impactos das mudanças climáticas em cidades no Brasil**. Parcerias Estratégicas, Brasília/DF, nº 27, Dez. 2008. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/335/329). Acesso em: 20 de setembro, 2018.